



Assembleia Municipal

Acta da assembleia municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária N.º 5/2013, realizada no dia 20 de Setembro de 2013

Aos vinte dias do mês de Setembro de dois mil e treze, no auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pela presidente em exercício Ana Paula Agostinho Matias e pelos secretários João Vasco Rodrigues Peixinho e Henrique Miguel Caetano Santana. Compareceram nesta assembleia os seguintes deputados: Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, João Pedro Antunes Osório, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Carla Margarida Raposo, Mário Branca André, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Marco António Heleno Domingos da Silva, João Carvalho Pereira e Celestino Tomás Pereira Brasileiro, tendo verificado a ausência de dois deputados da bancada da CDU. Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e João Pedro Costa Arraiolos.

A Ordem de Trabalhos proposta na convocatória foi a seguinte:

Ponto 1 - Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Taxas de Imposto de Imóveis (IMI) para o ano de 2014;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Proposta sobre Taxa de Direitos de Passagem (TMDP);

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Percentagem da participação variável no IRS para o ano de 2014;

Ponto 5 - Apreciação e votação dos “Regulamentos Municipais – Termino dos prazos de consulta pública: - Projecto de Regulamento dos Campos de Férias; Projecto de Regulamento Municipal de Funcionamento do Projecto Redistribuir;

Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de Taxas de Derrama – valor percentual para o ano 2014 – Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, na redacção actualizada – Lei das Finanças Locais.

A presidente da mesa deu início à sessão eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, e começou por felicitar o deputado João Carvalho Pereira, pela sua participação nesta Assembleia Municipal, que por sinal é a última deste mandato.

1.º Período de Intervenção do Público

Havendo público na sala, a Presidente da Mesa passou a aceitar a inscrição dos munícipes.

Em primeiro lugar usou da palavra o munícipe João de Jesus Brito, inscrito sob o assunto “intervenção do público antes da Ordem do Dia”, disse que foi daqueles que se bateu arduamente para que fosse restituído ao povo de Alpiarça a possibilidade de falarem nesta Assembleia Municipal, opinou no entanto que essas intervenções têm regras, há um Regimento que deve ser cumprido por quem quer usar da palavra e esta Assembleia Municipal não pode ser usada para campanhas eleitorais e considerou que algumas intervenções são ridículas, chegando-se ao ponto de se fazerem ameaças até com Providências Cautelares. O munícipe considerou que há coisas que estão a acontecer no presente que se aceitavam naquele período a seguir ao 25 de Abril, eram desculpáveis, mas agora não o são. Continuou, alegando que não era admissível que um dos candidatos à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas viesse louvar para esta Assembleia Municipal e enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Presidente da Mesa - Mário Santiago e pelo deputado Paulo Sardinheiro, que agora são das suas listas e criticar o trabalho dos outros alegando que “os deputados deviam preparar melhor as perguntas e que o Presidente da Câmara devia ser mais sucinto nas suas respostas”. João de Brito deixou a pergunta: “onde andou esse senhor durante todos estes anos, que eu em oito anos de mandato nunca cá o vi, a não ser agora, para gabar os dele e criticar os outros?”. O deputado acrescentou ainda que há outras intervenções do público no mesmo estilo, que não se admitem, porque há assuntos que devem ser tratados pelos deputados que foram eleitos e mandatados pelo povo e pediu à Presidente da Mesa, em nome da verdade e da democracia, que pedisse ao público que viessem tratar de assuntos do concelho e que não viessem para a Assembleia

Municipal fazer campanha eleitoral, porque este não é o local indicado para isso e não é normal nem admissível pelos candidatos.

Em segundo lugar usou da palavra o munícipe Mário Santiago que fez uma breve introdução à sua intervenção dizendo que foi criado no seio de uma família de militantes do Partido Comunista Português e inclusivamente aprendeu a ler no “Avante” órgão oficial deste partido e disse ter-se habituado a que mesmo sendo todos comunistas tivessem ideias diferentes, que quando se sentavam à mesa e partilhavam refeições, discutiam política e respeitavam essas ideias e eram uma família. Disse lamentar ver ressurgir agora quase quarenta anos após o 25 de Abril, aquilo que viu quando era pequeno, e que pensou que um dia seria História, o ressurgimento de inimizades, calúnias, amigos que eram amigos olham de lado uns para os outros, as pessoas têm medo que se lhes tirem fotografias. Depois disse que está aqui hoje nesta Assembleia para dizer o que queria dizer, mas não pode entrar na sede do PCP, do PS ou do PSD, e por isso veio a esta Assembleia intervir na qualidade de munícipe, porque sabe que todos o que estão aqui dentro sabem do que está a falar e que nesta sala estão todos os responsáveis destas forças políticas e conhecem estas atitudes lamentáveis que se têm tomado durante esta campanha eleitoral autárquica, e disse que tem um grande amigo seu, dos tempos da escola que foi vítima de uma campanha difamatória inqualificável e tem vergonha que isto esteja a acontecer num mandato em que ele é Presidente da Assembleia Municipal.

Em terceiro lugar usou da palavra o munícipe Francisco Cunha justificando que veio a esta Assembleia porque tentou ser ouvido durante nove meses e nunca o quiseram ouvir e depois relativamente à intervenção do deputado do PSD sr. João de Brito, opinou que se há dois períodos nas assembleias municipais para a intervenção do público, isso é uma responsabilidade dos deputados, que aprovaram o Regimento da Assembleia Municipal e se chegaram à conclusão que o público podia falar, o orador sendo público, acha que tem o direito de falar. Disse aproveitar a oportunidade para agradecer ao sr. João de Brito as simpáticas palavras que lhe dirigiu quando esteve na sua sede de campanha, tecendo rasgados elogios à sua equipa e à sua estratégia eleitoral e que estaria com ele de alma e coração e que lamentava que o não tivesse convidado para ser candidato a cabeça de lista para a assembleia municipal, mas que não se importaria de ser o segundo da lista, mas que teria recusado o seu nome e disse

ter ficado muito feliz do sr. Brito ter dado o seu apoio à CDU. O munícipe Francisco Cunha acrescentou que não recebe lições de ninguém de Alpiarça, porque trabalhou muito para a sua terra, criou muitos postos de trabalho, criou muita riqueza, continua a criar, tem dado muito à sua terra e duvida que alguém dentro desta casa alguém tenha dado tanto a Alpiarça como ele e a sua família, nunca ninguém pagou tantos impostos, nunca ninguém criou tanta riqueza, nunca ninguém exportou tantos produtos aqui de Alpiarça e ainda hoje mais de vinte países recebem regularmente vinhos com rótulos de Alpiarça e disse ficar triste por ter andado desde Dezembro do ano passado a convidar os seus adversários para debater os problemas de Alpiarça e em vez de aceitarem debates entretêm-se no blogue e no facebook e que a maior parte das coisas são escritas aqui na Câmara e outras na rua Silvestre Bernardo Lima, e disse que não está a falar por falar, disse estar a afirmar e que inclusivamente sabe os nomes das pessoas que escrevem mas que não fala em nomes porque a Presidente da Mesa lhe pediu para não falar em nomes e que a partir daí o têm difamado, têm chamado nomes, têm dito tudo e mais alguma coisa. Disse que não está a fazer campanha eleitoral porque tem a certeza que todas as pessoas que estão na sala já decidiram o seu sentido de voto, que aquilo que ali está a dizer tem a ver com a falta de respeito que há pela população e com o comportamento que algumas pessoas que estão sentadas quer de costas quer de frente têm tido com os seus conterrâneos. Disse que falam das acções que o munícipe têm em Tribunal mas ninguém fala das acções que a Agroalpiarça tem em Tribunal e acrescentou que a Agroalpiarça tem sete acções em Tribunal a decorrer contra ela e que também sabe de um deputado que está sentado na bancada e que também pôs as casas em nome dos filhos para não ficar sem elas e não vai dizer quem é, porque quem é sabe e que nunca escreveu isso nos blogues. Acabou dizendo que aquilo que tem para dizer é sobre duas pessoas que pensava que o consideravam, nomeadamente um deputado, que também é do gabinete de apoio ao presidente, e o vice-presidente da câmara, que disseram a um munícipe quando souberam que ele integrava a lista do orador, que o mesmo era ladrão e trfulha. O munícipe alegou que em sua opinião um ladrão é uma pessoa que toma para si os objectos que a sociedade considera de outrem e deu exemplos do que é fazer isso: é levar o vinho todo de uma determinada adega, é ir buscar faqueiros de prata, tapetes de Arraiolos, quadros e colocá-los na nossa casa quando são de outros e considerou

que trfulha é uma pessoa que faz uma trfulhice, um aldrabão um intrujão, deu como exemplo alguém que faz um programa eleitoral e sabe que não pode cumprir e que durante quatro anos se desculpa que não cumpre porque não há dinheiro, que herdaram uma dívida do PS de treze milhões. O orador alegou que quando o presidente e o vice-presidente elaboraram o programa eleitoral já sabiam que a dívida era de treze milhões, disse saber que o PS deixou a câmara de rastos, mas que eles também sabiam que a câmara estava endividada e fizeram uma trfulhice ao enganar os alpiarçenses, que faziam isto e mais aquilo e não fizeram nada, que durante a campanha eleitoral não entrou em golpes baixos e alegou que o Presidente de Câmara e o outro candidato Pedro Gaspar não tiveram consideração pessoal nem institucional porque não responderam a uma carta registada que lhes foi endereçada e que isso não é democracia, e alegou que tinham muitos rabos de palha e que os querem esconder ao povo e sabe o que disseram à ex-presidente da Junta de Freguesia sobre a instalação da delegação de Alpiarça da Segurança Social no antigo Lavadouro. O munícipe terminou dizendo que se iria retirar e que não esperaria pela resposta do Presidente da Câmara, porque isso eram questões políticas e porque o Presidente teve nove meses para debater os problemas do concelho com ele e não quis porque tem medo de enfrentar o povo e colocaram o programa eleitoral num blogue, acrescentou que iria para uma festa no Frade de Cima, para uma festa, para ao pé do seu povo, do povo que gosta dele e lhe dará a vitória nas próximas eleições.

No uso da palavra e em resposta ao munícipe Francisco Cunha o Presidente da Câmara disse que não admite que lhe chamem trfulha, disse não ser trfulha, que nunca o foi, que não tem essa imagem pública, e não admite a ninguém que a ponha em causa, nem admite que ponham em causa esse capital que amealhou ao longo de toda a sua vida e que os alpiarçenses lhe reconhecem, pediu desculpa por alguma desconcentração momentânea, até porque sempre teve uma excelente relação de cordialidade com o munícipe em questão. Em relação a outras questões que foram aqui abordadas, disse que os documentos são públicos, se for caso disso pode trazê-los a esta Assembleia, que se houver processos em Tribunal contra a Agroalpiarça, serão do tempo de executivos anteriores que se arrastam há anos e pode dar nota dos mesmos à Mesa que fará o que bem entender. Quanto ao resto das considerações, opinou que houve aqui um acto puramente provocatório que é grave para a

Democracia e para a nossa Democracia Local, não foi isto que se andou a construir ao longo destes anos todos de liberdade em Portugal. Acrescentou que este país procurou construir um modelo de Poder Local onde as pessoas possam discutir e abordar os assuntos com toda a frontalidade e com recurso ao contraditório a qualquer momento e em qualquer Órgão e não que haja este clima de guerra permanente e acha que os alpiarçenses irão fazer essa destrinça no próximo dia vinte nove e evitar que haja uma perturbação do normal funcionamento dos Órgãos, onde é natural que haja discordância, debate, opiniões contrárias e uma outra outra veemência nas posições, agora a provocação gratuita tem de ser eliminada da discussão política e eliminada do nosso Poder Local. Terminou dizendo que nunca tinha visto o Francisco Cunha nesta posição e deixou a interrogação *“vítima de calúnias? Quem é que foi vítima de calúnias nesta terra ao longo de quatro anos?”*.

Período Antes da Ordem do Dia

Depois de aprovadas as actas a Presidente da Mesa passou a aceitar as inscrições dos deputados municipais para as respectivas intervenções.

O deputado João de Brito e em resposta ao munícipe Francisco Cunha disse queria apenas tecer umas poucas considerações porque o munícipe não só tinha dito umas inverdades como se encontrava ausente da sala. Acrescentou em seguida que sempre recusou os convites do munícipe Francisco Cunha não só para integrar as suas listas às próximas eleições locais de 29 de Outubro, mas inclusivamente presidir à comissão de honra da sua candidatura, pois e segundo testemunho de pessoas presentes na sala, recusou o lugar de candidato a presidente da assembleia geral do C.D. «Os Águias» de Alpiarça, porque queria descansar e porque estava cansado de política e perder tempo não remunerado na política. O deputado acrescentou ainda que recusou qualquer lugar nas listas porque o munícipe lhe disse que seria candidato pelo PPD-PSD e que caso viesse a integrar as listas, seria para um lugar ditado pelo seu estatuto dentro daquele partido e nunca escolhido pelo candidato Francisco Cunha, por isso não adiantava o candidato estar a oferecer-lhe qualquer lugar. Terminou dizendo ter pena do munícipe se ter ausentado, porque lhe queria dizer olhos nos olhos que ele estava a mentir e esperava que a campanha eleitoral tivesse acabado e não queria falar sobre listas e cargos, para não prejudicar ninguém, mas uma vez que o munícipe trouxe o assunto a esta casa, tem de lhe ser dada uma resposta. Continuou dizendo que sempre

respeitou o munícipe, sempre o tratou com respeito, ouve dizer que tem problemas, mas não são problemas que lhe digam respeito, que o tratou sempre como uma pessoa de bem, não tem lições a receber nem do senhor Cunha nem de outras pessoas como ele, mas não gosta que ele se dirija à sua pessoa como ele se dirigiu. Terminou dizendo que se considera um individuo com muita dignidade, que por enquanto não perdeu a vergonha, amanhã não sabe, que se pode olhar ao espelho e olhar para a sua cara e que não se envergonha de nada, nem se arrepende de nada, do que tenha feito até aqui e neste momento considera-se uma pessoa de bem, uma pessoa honesta e uma pessoa séria.

O deputado João Osório disse que queria clarificar o que foi dito nesta Assembleia pelo munícipe Francisco Cunha, afirmou que toda a gente o conhece, que conhecem a sua vida, conhecem o seu passado, o futuro não o sabe, mas isso ninguém sabe. Afirmou igualmente que gostava que o munícipe estivesse presente, que é verdade ter dito que o munícipe era ladrão, que sabe porque é que ele é ladrão, mas é na cara dele e na pessoa dele que o quer dizer e que não quer dizer publicamente porque é que ele é ladrão e que aquilo que disse, fê-lo junto do Inter-marché e foi inserido num contexto e numa conversa em que disse a uma pessoa que ela iria votar num ladrão, para deixar de votar numa pessoa que toda a sua vida foi honesto. Mas diz que hoje publicamente pode dizer, que um individuo que tem os impostos tirados aos trabalhadores, porque isso é público, é um indivíduo que é ladrão e é punido por crime.

O deputado Fernando Ramalho não quis deixar de expressar nesta última sessão da Assembleia Municipal em nome da sua bancada a satisfação como decorreram grande parte das sessões, mas pensa terem cumprido a missão que o povo de Alpiarça lhes deu há quatro anos. Depois teceu alguns comentários sobre o que se passou hoje nesta Assembleia no período de intervenção do público e começou por dizer que o tempo é um grande conselheiro e lembrou que há sete ou oito anos os deputados da bancada do PS na altura foram vítimas de muitos impropérios por parte da CDU, sobre o Regimento da Assembleia Municipal, que os acusaram de anti-democratas, fascistas, de quererem implantar a lei-da-rolha, de quererem calar o povo de Alpiarça, afinal, segundo deputado os factos e o que se passou aqui hoje veio provar que afinal não estavam assim tão errados depois de assistir a este triste espectáculo e disse que se bem se recordam o Regimento da altura previa que o público usasse da palavra nas

assembleias municipais como qualquer deputado, falar das questões que estão na ordem do dia, para se evitar o espectáculo degradante que se assistiu aqui hoje. Ainda sobre o período do público e depois de ouvir a intervenção do munícipe e ainda Presidente da Assembleia Municipal, Mário Santiago, disse ter ficado estupefacto como é que um cidadão que sempre viveu em Alpiarça e com a idade que ele tem, hoje chegou às conclusões que ele chegou. O deputado afirmou depois que ele e os seus camaradas do Partido Socialista sempre que fizeram campanha eleitoral em Alpiarça foram vítimas de ofensas e calúnias e afirmou ainda que a CDU tem essa prática em Alpiarça sempre que se aproximam eleições e que todos sabem e admirou-se que Mário Santiago não soubesse disso. Relativamente à intervenção do munícipe Francisco Cunha o deputado Fernando Ramalho disse que era muito triste que Alpiarça esteja a viver este clima de crispação e que a nossa terra nunca ganhou nada com isso sempre que este clima de crispação se acentua e realmente há factos que se passaram em Alpiarça naquele clima conturbado depois do 25 de Abril, mas que não adianta nada recordá-lo, até porque há uma geração de eleitores que nasceu após essa data, não assistiu a nada disso e era altura de Alpiarça esquecer tudo isso que se passou, de acalmar e de não se voltar a atirar à cara uns dos outros esses factos.

Após esta intervenção sobre o período do público o deputado perguntou ao Presidente da Câmara se o inglês será ou não ensinado nas AEC's agora a cargo dos agrupamentos de escolas. Depois chamou a atenção para uma placa identificadora da Ponte dos Alpiarçoiolos inaugurada ao tempo da Presidente da Câmara Vanda Nunes que foi vandalizada, que houve um munícipe que a encontrou e que a entregou a Vanda Nunes e solicitou que a Câmara Municipal providenciasse a colocação da placa no local.

O deputado Celestino Brasileiro lamentou ao que assistiu aqui hoje no período do público foi uma grande falta de respeito pela Assembleia e em relação à intervenção do deputado Fernando Ramalho disse que não está nada arrependido de ter participado na forma como esta Assembleia devolveu a palavra aos munícipes, as pessoas têm direito a falar dos seus problemas e colocá-los nesta Casa, no entanto a Democracia tem regras que têm de ser cumpridas, há um Regimento onde essas regras estão bem definidas e essas regras foram algumas vezes quebradas pelo público no presente mandato. Depois disse que em Alpiarça que muita gente não é de cá, vem morar para cá e sente como Alpiarcense e se sente como sendo de cá o que prova que essas

peças não sentem o que o deputado disse da CDU e deu o exemplo do antigo Sargento Pires que prendeu muita gente por motivos políticos e hoje circula livremente pelas ruas e ninguém lhe faz mal, o que prova que os comunistas são pessoas pacíficas e não são aquilo que foi transmitido nesta Assembleia. Depois o deputado apresentou um Voto de Saudação à Obra da Praça do Município, ao Monumento ao Povo de Alpiarça inaugurado com a mesma e ao seu autor, o escultor alpiarcense Armando Ferreira.

A deputada Graciete de Brito teceu algumas considerações sobre o seu mandato e que foram sobretudo palavras de agradecimento sobretudo à sua bancada pelo modo como se relacionaram e sempre pela defesa dos melhores interesses de Alpiarça e dos alpiarcenses, estendendo esse agradecimento aos vereadores Sónia Sanfona, Regina Ferreira e ex-vereador Luís Garrotes pelo apoio que prestaram à preparação das assembleias. Disse expressar com veemência que as suas posições como independente nunca foram postas em causa pelo partido que aqui representa e que as suas intervenções e decisões foram sempre tomadas de acordo com a sua consciência. Agradeceu às três bancadas e à Câmara Municipal e referiu que sempre pautou a sua vida de uma forma em que conseguiu separar as águas, separando a sua vida privada, da sua vida profissional e da sua vida na política, e que o facto de algumas vezes terem estado em desacordo com a maioria nesta Assembleia, sai daqui com a mesma consideração que tinha por todos. Acrescentou que não poderia deixar de referir que muitas vezes sentiu-se pouco respeitada nesta Assembleia e que algumas vezes, embora em discordância, poderia ter sido melhor tratada. Agradeceu também mais uma informação da Câmara em revista, sobre a obra que foi feita por este Executivo e ficou agradada com esta informação, mas ficou um pouco perplexa pela forma como logo na primeira Assembleia deste mandato a anterior Presidente da Câmara foi duramente criticada por ter publicado uma revista semelhante, pelo enorme número de fotografias e que foi considerado um acto de vaidade, quando a senhora nem sequer se iria recandidatar e considerou que esta revista foi mais um elemento da candidatura da CDU. Finalizou a sua intervenção apresentando um Voto de Louvor aos Bombeiros de Alpiarça e aos Bombeiros Portugueses e pediu um minuto de silêncio em honra dos que faleceram no combate aos incêndios florestais. Seguiu-se um minuto de silêncio em honra dos bombeiros falecidos.

O deputado Lúcio Amaral disse não estar de acordo com lombas e sinais de estacionamento que foram colocadas no Frade de Cima e disse que o lugar precisa é do problema das águas e dos arruamentos resolvidos e concluídos como o da Rua Norton de Matos e lembrou que os baloiços que foram levados para a Alpiagra nunca mais foram devolvidos ao parque infantil.

A deputada Ana Margarida do Céu questionou o motivo do Município de Alpiarça ter aderido à nova Entidade de Turismo do Alentejo e ter-se absterido de pertencer à Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. Criticou a forma como os idosos foram dispostos na inauguração do novo Lar da ARPICA, tendo os idosos sido colocados ao sol, quando deviam estar colocados no interior. Depois questionou se era verdadeira a notícia em que se referia que os Bombeiros teriam alguma dificuldade em irem buscar os idosos acamados a este novo LAR porque não existiria um elevador para macas e que a escada era bastante íngreme. A deputada informou também que não recebeu a documentação solicitada sobre o novo projecto CLDS+.

Com autorização do Presidente da Câmara usou da palavra a Vereadora Regina Ferreira que fez uma retrospectiva do seu trabalho ao longo destes 4 anos, disse que não poderia deixar de enaltecer o trabalho que todo o Executivo realizou em prol de Alpiarça, pensa da sua parte ter feito o seu melhor a bem dos alpiarcenses e de Alpiarça enquanto vereadora, agradeceu a todos os que consigo partilharam momentos de informação, conhecimentos, experiências boas, angústias e alegrias e que se viverem momentos de mútua aprendizagem, amizade, solidariedade e respeito, não pode deixar de salientar o empenho de elementos da sua bancada nomeadamente: Paulo Sardinheiro, Graciete de Brito, Fernando Ramalho, Mário André, Margarida Céu, Lúcio Amaral, Carla Raposo e o apoio do ex-vereador Luís Garrotes. Disse ter contado sempre com o apoio e o incentivo destes e de outros seus camaradas, neste e noutros órgãos autárquicos e agradeceu momentos de grande apoio e partilha a outros níveis com a sua amiga, camarada e colega de Executivo Sónia Sanfona. Por último apresentou o seu muito obrigada à Assembleia Municipal e ao restante Executivo.

O deputado Mário André disse que fazia suas as palavras de despedida e agradecimentos da sua colega Graciete de Brito. Relativamente ao que se tem passado com a morte dos peixes na barragem deu a opinião que se deveriam utilizar fardos de

palha, como feito noutras situações semelhantes e que deveria ser feita uma intervenção mais profunda a nível de matérias orgânicas em deposição no fundo e fugas de água. Perguntou também o que aconteceu não só à pedra de calçada como aos gradeamentos e portões que foram retiradas da Casa dos Patudos.

O deputado João de Brito felicitou não só anterior executivo (PS) como o actual (CDU) pela obra de ampliação, restauro e remodelação do edifício dos Paços do Concelho e pela sua conclusão com a inauguração da Praça do Município, parque de estacionamento e inauguração do Monumento de Homenagem ao Povo de Alpiarça. Acrescentou que esta será a sua última Assembleia Municipal onde estará presente como deputado, porque não será candidato a qualquer cargo para o próximo mandato. Agradeceu aos elementos dos Executivos e aos seus companheiros da Assembleia do anterior e do actual mandato pediu desculpas por algum excesso de linguagem que possa ter cometido, mas entende que o fez sempre no momento certo e com autorização do Presidente da Mesa e pela sua parte também perdoa por algumas coisas que correram menos bem e espera que seja perdoado também por algum erro que cometeu. Disse que se aproximam eleições autárquicas, que deseja a todos as maiores felicidades e que ganhem aqueles que o povo decidir, porque o povo é soberano e é o povo que decide e disse esperar que os vencedores saibam honrar o povo que lhes dê a vitória e que os perdedores respeitem a vontade do povo. Que não inveje a sorte de quem vier a governar Alpiarça, dadas as dificuldades que o país atravessa a que o Poder Local não é alheio.

Com autorização do Presidente da Câmara usou da palavra a vereadora Sónia Sanfona que fez as suas despedidas e disse que pretendia deixar duas ou três notas muito breves não só aos munícipes, aos senhores deputados municipais, à senhora presidente e restantes membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara e restantes colegas de vereação e agradecer também às pessoas que a acompanharam na sua candidatura há quatro anos atrás e que na sua opinião têm dignificado e honrado as funções para as quais foram eleitos e agradeceu-lhes também o apoio demonstrado e a vivência em conjunto durante o mandato. Disse que não estará na política activa do concelho, mas é de Alpiarça, é cá que vive e tem a sua família e não deixará por isso de estar atenta às questões do concelho e estará disponível para ajudar e contribuir para que o concelho seja cada vez melhor. Acrescentou que as relações institucionais com o

Presidente da Câmara e a maioria primaram sempre pelo respeito mútuo e pela consideração que foi reflectido junto da população nestes quatro anos. Considerou também que foi um percurso de aprendizagem sobretudo ao nível da solidariedade e terminou desejando as maiores felicidades a quem ficar a representar Alpiarça nos próximos quatro anos.

O deputado Marco Silva congratulou-se pela realização do Festival do melão na divulgação de um dos mais importantes produtos para a economia do concelho e também pela forma como evoluiu nestes quatro anos, dentro do que é possível, num concelho com a dimensão e as possibilidades do nosso. Depois o deputado disse que ficou incomodado e nervoso com as acusações que foram aqui trazidas e proferidas pela boca do deputado Fernando Ramalho e disse que não estava à espera, que se sentiu um bocado melindrado por ter sido ligado a actos de terrorismo e vandalismo e disse querer acreditar que o deputado quis dizer não foi bem isso, por isso disse querer ouvir da boca do deputado Fernando Ramalho uma explicação e aconselhou-o a ter mais cuidado com o que diz porque nós não somos máquinas, somos pessoas, temos sentimentos e afectos e não é de ânimo leve que aceitamos ser acusados de pertencermos a uma organização terrorista.

O deputado Fernando Ramalho em resposta ao deputado que o antecedeu esclareceu que há uns anos atrás, na altura era autarca, e que há factos públicos, notórios e documentados como pneus de carros retalhados, um carro de um deputado incendiado, uma casa de um apoiante incendiada, ameaças de morte ao então Presidente da Câmara, e que não quis dizer que fosse uma estrutura organizada e o que quis dizer é que o sentimento público que leva a estes actos, a exacerbação dos ódios, a que assistimos aqui hoje nesta Assembleia. Considerou que Alpiarça não ganha nada com isto, que Alpiarça precisa de paz, precisa de tranquilidade, precisa de se afastar de fanatismos, precisa que as pessoas se dêem bem independentemente dos seus ideais políticos e considerou uma tristeza que quase 40 anos depois do 25 de Abril de 74 estejamos a entrar por este caminho e a assistir ao que se assistiu hoje nesta Assembleia e referiu mais uma vez que não estava a querer dizer que fossem grupos organizados ou partidos a fazerem os actos de vandalismo ou terrorismo político.

O deputado Henrique Santana disse que também se reviu naquilo que o seu colega de bancada Marco Silva referiu e que gostou dos esclarecimentos do deputado Fernando

Ramalho. Depois congratulou-se pela actual edição da Alpiagra, disse que este ano a viveu intensamente e opinou que a Alpiagra deste ano reviveu o verdadeiro espírito para a qual foi criada, uma Feira que do ponto de vista agrícola, comercial e industrial nos mostra o que Alpiarça nos dá de melhor e deu os parabéns ao Executivo pelo profissionalismo posto na organização esta edição, com a mostra da Quinta Pedagógica, da Reserva do Cavalão do Sorraia, mostra de tractores e alfaias agrícolas, a dignificação do Vinho colocando-o num espaço à parte, o regresso das picarias e garraizadas, não fosse o deputado um aficionado e forçado. Outro facto foi uma coisa que já não se via há anos, que foi ver a Feira cheia de gente todos os dias, com excepção da terça-feira. Deu os parabéns ao Executivo pelo prazer e o orgulho que lhe deu reviver uma Feira como já não vivia há alguns anos, esta riqueza e esta alegria de ver um certame que encheu durante uma semana. Depois pediu que alguém do Executivo pudesse fazer um breve balanço das Férias Desportivas e do OTL. Terminou despedindo-se dos que partilharam com ele esta Assembleia e a abandonarão, disse que tal como a professora Graciete não mistura política com relações pessoais, que é amigo de toda a gente e que toda a gente o conhece, agradeceu a todos as excelentes relações dentro desta Casa e em especial ao sr. João de Brito a quem fez um despedimento muito especial pelo que partilharam aqui e na gestão do C.D. «Os Águias» e pelo que lhe ensinou ao longo destes anos.

A Presidente da Mesa pôs o Voto de Louvor aos Bombeiros apresentado pela deputada Graciete de Brito à discussão, tendo-se registado as intervenções dos deputados Celestino Brasileiro e João de Brito que se associaram as respectivas bancadas a este voto de louvor. Posto à votação foi aprovado por unanimidade com catorze votos a favor.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse serem vinte e três horas e vinte minutos e depois de alguma agitação inicial os trabalhadores entraram num ambiente perfeitamente normal e pediu alguma compreensão aos presentes para que pudesse responder a todos de uma forma adequada. Começou por tecer algumas considerações sobre a sessão de hoje, considerando que houve dois momentos distintos com um momento de provocação organizada e um momento de trabalho normal de Assembleia Municipal. Apelou aos jornalistas presentes que transmitissem com a verdade dos factos o que se passou e que relatassem que ao momento de

tempestade inicial se seguiu um momento de esclarecimentos de dúvidas e de discussão política de forma ordeira e perfeitamente normal com as pessoas que aqui estão esta noite.

Ao deputado Fernando Ramalho disse que o Agrupamento de Escolas garantirá as AEC's e sobre o ensino do Inglês pensa que as escolas responderão com os meios que têm. Sobre a placa retirada da ponte dos Alpiarçoiolos informou que a placa neste momento já estará colocada e informou que infelizmente não são só as placas das obras do anterior executivo, que de quando em vez são vandalizadas e que muitas das vezes nem se percebe muito bem a motivação das pessoas que o fazem e que não quer nem gosta de ver qualquer património vandalizado.

Em relação ao que foi dito pela deputada Graciete de Brito não houve nenhuma questão concreta, opinou que aqui todos nos procuramos respeitar uns aos outros mas nada de modo a inviabilizar o bom relacionamento entre as pessoas. Disse que estava perfeitamente de acordo com o Voto de Louvor aos Bombeiros, não se poderá associar ao mesmo mas está perfeitamente de acordo com ele. Relativamente ao Boletim Municipal disse que é uma informação que vem no seguimento das outras e que tem as fotografias que foram consideradas importantes e é natural que o presidente e os vereadores apareçam mais vezes nas fotografias, como em todos os boletins municipais no país, é claro que é o Presidente da Câmara e os Vereadores a tempo inteiro que representam a câmara e acompanham e superintendem na gestão da actividade da Câmara Municipal. Lembra-se de ter criticado o anterior boletim editado pela ex-Presidente da Câmara Vanda Nunes, porque teve a ver com a altura escolhida para a sua distribuição pelas caixas de correio do concelho, que ocorreu muito próximo da tomada de posse do novo Executivo de uma outra cor política.

Em relação ao que foi dito pelo deputado Lúcio Amaral opinou que há sempre críticas às lombas e às sinalizações. Sobre a falta de pressão da água em certas ruas do Frade de Cima, informou que é um assunto da competência das Águas do Ribatejo e que vai tentar que a empresa solucione o problema. Relativamente ao arruamento da rua Norton de Matos disse que há largos meses há o processo aprovado na Câmara, foi lançado concurso mas as obras não foram adjudicadas, salvaguardadas por uma cláusula, porque não houve aprovação aos fundos comunitários, por falta de abertura de candidaturas ao QREN para arruamentos e para arranjo de todo o espaço

envolvente à colectividade. Infelizmente é uma aspiração dos moradores que se arrasta há vários anos e acrescentou que com os meios próprios da Câmara se vai fazendo a obra. Em relação aos baloiços que foram retirados da Escola do Frade de Cima desde o mandato anterior, o Presidente da Câmara informou que o que está previsto no Projecto CLDS+S são as recuperações das Escolas do Frade de Cima e do Casalinho que foram encerradas e dar a essas escolas uma utilização semelhante à que tiveram na altura e resolver com o envolvimento das populações problemas de pobreza e de exclusão social e certamente que os baloiços serão devolvidos ao espaço.

Sobre as questões colocadas pela Deputada Ana Margarida do Céu relativamente a uma posição sobre a posição da CDU e do PCO sobre a integração do concelho de Alpiarça na Entidade Regional de Turismo e Vale do Tejo, teve mais a ver com alteração da legislação que criou entidades megalómanas ao nível das áreas e dos municípios que servem, à excepção do Algarve. Até porque a identidade das sub-regiões que servem estava muitas vezes posta em causa, e o próprio Ribatejo foi espartilhado e integrado na Grande Lisboa e ficou prejudicado como se veio a provar. Nesta nova alteração legislativa a Comunidade Inter-municipal da Lezíria do Tejo tomou a posição de se manter ligada a Lisboa, mas o legislador entendeu integrar os onze concelhos da CIMLT nesta nova entidade, a Turismo do Alentejo, ERT e foi convidado para Secretário da Assembleia Geral e lá está a representar a Lezíria do Tejo e o Concelho de Alpiarça e está garantido que as duas regiões terão a sua marca autónoma, a marca Alentejo e a marca Ribatejo. Sobre a organização da inauguração da ARPICA disse não fazer considerações, a Câmara de Alpiarça apenas se associou à inauguração. Quanto aos Bombeiros e à notícia que circulou disse que serão os especialistas a fazerem juízo sobre essa matéria e o que pode dizer é que recebeu uma comunicação formal sobre uma versão do acontecido em que um Bombeiro teria tido quebra de sigilo profissional e usado de má educação e ter feito considerações para as quais não estaria habilitado, adiantou que essa comunicação seguiu para o Comando da Corporação dos Bombeiros Municipais de Alpiarça que tomará as providências que achar necessárias. Quanto ao CLDS+ informou que em sete de Julho foi assinado o Protocolo de Compromisso com a Segurança Social e com a ARPICA, acrescentou que o processo não está concluído, está numa fase de finalização, mas uma coisa que é garantida são as remunerações em que

serão respeitadas as remunerações da tabela de remunerações da Função Pública para funções idênticas.

Sobre as intervenções do deputado Mário André sobre os problemas da morte dos peixes na Barragem dos Patudos, os problemas estão identificados, haverá intervenções mais profundas mas de momento haverá de facto a colocação de fardos de palha para a diminuição do problema da eutrofização e a oxigenação das águas será feita com arejadores. Relativamente ao destino que foi dado à calçada à portuguesa e aos gradeamentos, informou que não era hábito nesta Câmara Municipal indicar nos cadernos de encargos das obras a obrigatoriedade dos materiais retirados ficarem no local da obra e parte do gradeamento já tinha sido levado pelo empreiteiro para a sede da empresa e houve ajustes e encontro de contas nos trabalhos e os equipamentos teriam sido deduzidos , quanto à calçada à portuguesa informou que ela foi praticamente toda reutilizada em obra.

Sobre as questões colocadas pelo deputado João de Brito agradeceu as palavras de despedida, quando às obras começadas por uns e terminadas por outros, opinou que é e tem sido sempre assim e acrescentou que para uns fazerem rotundas, jardins, praças, estátuas, flores e regeneração urbana foi preciso que outros antes tivessem feito centenas de quilómetros de condutas de abastecimento de água e de escoamento de esgotos domésticos e pluviais, de postes e de fios para a electricidade e normalmente não são considerados com a mesma justeza a que se dá a rotundas, jardins, praças e estátuas. E é preciso ver que o abastecimento de electricidade, de água e os esgotos foi feito antes da existência de fundos comunitários. Finalizou dizendo que é preciso respeitar o Poder Local Democrático e respeitar o trabalho dos vários autarcas que têm passado pela governação local de Alpiarça e enquanto outros concelhos puseram em segundo plano as necessidades básicas da população, Alpiarça fez o contrário e tem estado sempre no pelotão da frente no que diz respeito a essas necessidades e hoje é um concelho onde se procura o equilíbrio entre todas as variáveis para um desenvolvimento harmonioso do concelho.

O Presidente da Câmara manifestou também o desagrado não só pelos actos que foram aqui perpetrados na primeira parte dos trabalhos do período público, mas condenou igualmente a tentativa de colagem da CDU a actos de polícia e isso não é admissível, mas concordou que é necessário um clima de maior cordialidade entre

autarcas, de respeito mútuo, apesar das divergências e disse que foi isso que procurou fazer durante o seu mandato não só aqui como lá fora e isso foi referido e reconhecido pelas vereadoras Regina Ferreira e Sónia Sanfona a quem retribui os agradecimentos e relembrou o excelente clima que se viveu no relacionamento entre todos os membros do Executivo, incluindo outros colegas de vereação, nomeadamente o falecido Mário Peixinho e o ex-vereador Luís Garrotes. Aproveitou a ocasião para agradecer as palavras de agradecimento dos eleitos da Assembleia Municipal e também pede desculpa por alguns momentos menos conseguidos.

Terminou agradecendo as palavras elogiosas do deputado Henrique Santana relativamente à Alpiagra e teceu algumas considerações sobre o OTL e as Férias Desportivas que se iniciaram no actual mandato, disse que têm corrido muito bem, com muitas crianças que puderam experimentar novas modalidades desportivas, praticarem novos desportos e utilizarem em pleno os equipamentos lúdicos e desportivos.

Chegadas as vinte e quatro horas a Presidente da Mesa pôs à votação a continuação da assembleia. Foi aprovado continuar os trabalhos por maioria com três abstenções.

O Vereador Carlos Jorge disse que sobre a tentativa de resolução da morte de peixes na barragem, será feita a colocação de fardos de palha de cevada na barragem, por impossibilidade de encontrar palha de arroz, disse estar convencido que os arejadores de superfície não serão a solução ideal e que a barragem merece uma intervenção de fundo, porque há pouca oxigenação da barragem e vai intensificar-se com a passagem dos anos.

O Vereador João Arraiolos disse que o que tinha a dizer sobre o CLDS+ é que foram cumpridos todos os prazos, que o programa se iniciou dando prazos curtíssimos e chegou à tutela na véspera em que os contratos deveriam ser assinados e a tutela pediu ainda mais cinco dias para esclarecimentos e neste momento está tudo a postos, o pessoal está contratado, e espera-se apenas que a tutela assine os contratos. Sobre as Férias Desportivas o Vereador disse que se inscreveram noventa e seis crianças dos 10 aos 15 anos, chegando a estarem presentes setenta crianças em simultâneo, o programa tem sido um enorme sucesso, correu muito bem e a adesão tem sido grande.

O deputado Mário André disse não ter ficado esclarecido sobre a questão dos gradeamentos do Museu dos Patudos e perguntou se era possível saber o valor dos

acertos de valores da retirada e posterior devolução do gradeamento, porque segundo julga saber as vereadoras da oposição não tiveram conhecimento. O Presidente contrapôs que os mapas de trabalho a mais ou a menos costumam vir às reuniões de câmara.

Sob autorização do Presidente da Câmara, a Vereadora Sónia Sanfona confirmou que na realidade toda a documentação sobre as obras do Museu e dos Exteriores dos Paços do Concelho têm vindo às reuniões de câmara, que tem acompanhado esses documentos com atenção e não se lembra de ter visto qualquer referência aos assuntos nos mapas de trabalhos. O Presidente da Câmara prometeu ir informar-se melhor sobre o assunto porque não tem de memória toda a documentação sobre a obra.

A Presidente da Mesa deu início a este período com a apreciação e votação das actas de 26 de Abril e de 21 de Junho de 2013. Na apreciação e discussão da acta de 26 de Abril de 2013, registaram-se alguns correcções pontuais, tendo a acta sido posta à votação com as correcções sugeridas, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções da bancada PS e uma abstenção da bancada CDU. Houve declarações de voto por parte dos deputados que se abstiveram por terem estado ausentes.

De seguida foi apreciada e discutida a acta de 21 de Junho de 2013, onde se registaram algumas correcções pontuais, tendo a acta sido posta à votação com as correcções sugeridas, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções da bancada CDU. Houve declarações de voto por parte dos deputados que se abstiveram por terem estado ausentes.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a Apresentar pelo presidente da câmara municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

A assembleia tomou conhecimento da actividade e da situação financeira do município. O Deputado Fernando Ramalho disse ter constatado que a dívida do município diminuiu e perguntou se os montantes não comparticipados das obras do Centro Escolar e da 1.ª Fase dos Arranjos da Casa dos Patudos já estariam pagos pela Câmara. A deputada Maria Graciete de Brito perguntou como é que estavam a ser feitos os transportes escolares das crianças do Concelho. O deputado Mário André quis que lhe fosse explicado os moldes em que teriam sido adjudicadas as obras das

pinturas de Graffitis num dos pavilhões da Alpiagra, já que teria lido no blogue “O Corvo”, uma notícia pouco abonatória para a Câmara de Alpiarça sobre este assunto. O deputado Fernando Ramalho ainda em relação a este tema subscreveu o pedido do deputado que o antecedeu, considerou também que deveriam haver muitas inverdades na notícia que era um autêntico enxovalho para José Relvas e para o próprio povo de Alpiarça.

Neste preciso momento o secretário João Vasco Peixinho pediu para abandonar a sessão, dado o adiantado da hora e foi substituído nas suas funções pelo deputado Marco Silva.

De seguida o Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas. Sobre a dúvida do deputado Fernando Ramalho e em relação à dívida do município o Presidente da Câmara disse que já não é a primeira vez que esta questão é colocada e respondida e opinou que continuam a haver dúvidas, a seguir esclareceu que a parte não participada pelo QREN nas obras do Centro Escolar e da 1.ª Fase dos Arranjos da Casa dos Patudos, não entraram na chamada dívida dos 13 milhões, porque esse valor foi apurado na auditoria feita à data da tomada de posse do presente Executivo de maioria CDU e também porque estas duas obras foram da responsabilidade deste Executivo e sem aumento da dívida. O Vice-Presidente da Câmara disse que continua a não perceber a insistência neste assunto e afirmou que todas as facturas apresentadas pelos empreiteiros das duas obras referidas foram pagas na totalidade pela Câmara Municipal antes de serem enviadas para o QREN. Reafirmou que todas as facturas tiveram de ser pagas pela autarquia aos empreiteiros antes de serem remetidas ao QREN que depois reembolsou a Câmara Municipal e que dessas duas obras não se deve um tostão. O deputado Fernando Ramalho reafirmou a sua dúvida se na dívida dos tais 13 milhões da dívida herdada do executivo anterior estavam incluídos os compromissos ou responsabilidades destas duas grandes obras aqui faladas. O Presidente da Câmara voltou a esclarecer que nessa dívida encontrada na auditoria, não estava nem podia estar incluída dívida ou facturação da obra dos Patudos, porque a obra foi iniciada pelo Executivo anterior sem visto do Tribunal de Contas (TC) e sem garantias de financiamento e foi o novo Executivo CDU que obteve o visto do TC e os financiamento dos fundos comunitários. Relativamente à questão colocada pela deputada Graciete de Brito sobre os transportes escolares o Presidente da Câmara

explicou que os transportes estão a ser feitos pela Rodoviária do Tejo que criou uma rede de carreiras intra-concelhia que serve toda a população do concelho em simultâneo com o transporte de alunos que são acompanhados por um funcionário da autarquia que auxilia os alunos mais pequenos e com maiores dificuldades. Em situações pontuais e fora dos horários mais comuns há carrinhas da autarquia a fazer os transportes de alunos. Da responsabilidade da Câmara Municipal é apenas o pagamento dos passes escolares dos alunos. Acrescentou ainda que a razão de ser desta solução foi não só o cumprimento do programa eleitoral, mas principalmente a impossibilidade de adquirir um autocarro, novo ou usado, em condições de transportar crianças, porque teria de ser comprado a crédito e a Câmara Municipal está impedida de recorrer a crédito e aumentar a dívida. Relativamente ao assunto trazido a esta Assembleia Municipal pelos deputados Mário André e Fernando Ramalho sobre notícias de um casal de pintores que estiveram cá em Alpiarça a pintar graffitis no exterior de um dos pavilhões da Feira, o Presidente da Câmara informou que eles não foram convidados pela Câmara Municipal, eles ofereceram-se para fazer um trabalho, o Executivo achou que seria um trabalho que valorizaria o espaço da Feira e o pavilhão, entretanto aconteceram umas peripécias, os pintores foram-se embora e a Câmara Municipal não tinha que assumir outras responsabilidades para além das combinadas e finalizou sem comentar notícias ou pseudo-notícias sobre o assunto.

Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Taxas de Imposto de Imóveis (IMI) para o ano de 2014;

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

Usou da palavra o deputado Fernando Ramalho dizendo que concordava com a proposta da Câmara Municipal e se a mesma já tinha uma previsão das receitas deste imposto para o ano de 2014.

O deputado João de Brito afirmando também que concordava com a proposta da Câmara Municipal e perguntou se haveriam dados para aferir se houve perdas ou ganhos relativamente ao ano anterior em que a taxa era mais elevada, mas em que a maioria dos prédios urbanos estavam avaliados por um valor inferior. Finalizou apelando aos futuros Executivos que se for possível manter a taxa de IMI pelos valores mínimos, que o façam, porque uma redução de impostos sobre as famílias por

pequena que seja é sempre bem vinda para quem já está tão sobrecarregado com tantas despesas e impostos.

O deputado Celestino Brasileiro usou da palavra para afirmar que a sua bancada concordava com a proposta da Câmara Municipal e que a taxa de IMI, ou seja a antiga Contribuição Autárquica, pela menos taxa possível sempre foi defendida pela CDU e havendo condições de o fazer, é uma forma de realizar essa aspiração e se assim for possível aliviar um pouco a carga fiscal sobre os contribuintes numa altura de tantas dificuldades, pois que se mantenha a taxa mínima enquanto possível.

O Presidente da Câmara respondeu de forma sucinta às questões colocadas informou que numa das últimas Assembleias Municipais para o ano de 2013, a previsão de encaixe com o IMI feita na altura pelo então deputado Paulo Sardinheiro era de 780.000 euros e que o encaixe real de receitas com este imposto municipal apontam para um valor de 642.000 euros, ou seja uma diferença para menos 138.000 euros, que dariam para muita coisa. Relativamente ao ano passado o acréscimo foi de 42.000 euros, em 2012 a Câmara Municipal de Alpiarça recebeu cerca de 600.000 euros e este ano irá receber 642.000 euros. Posto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Proposta sobre Taxa de Direitos de Passagem (TMDP);

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

Não se registando intervenções o ponto foi posto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Percentagem da participação variável no IRS para o ano de 2014;

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

A deputada Graciete de Brito usou da palavra afirmando que muitas câmaras municipais têm usado uma menor participação no IRS no sentido de captar e fixar mais pessoas nos concelhos, mas percebe que o nosso concelho neste momento não o possa fazer, mas opina que é uma situação a equacionar de futuro. O deputado Fernando Ramalho perguntou se o Presidente da Câmara sabe qual a taxa nos concelhos vizinhos, embora tenha dúvidas que as pessoas se mudem para um ou outro concelho vizinho apenas por ter uma taxa de participação no IRS mais baixa. O Presidente da Câmara disse te tinha a informação que a maioria dos concelhos do país mantém a

participação no IRS pelo valor máximo, ou seja nos 5%, embora haja uma ou outro que por razões diversas optem por percentagens mais baixas ou mesmo nulas. O Presidente da Câmara mantém a convicção de que quem beneficia com a redução da participação no IRS por parte dos municípios são as pessoas singulares com rendimentos mais elevados e que as pessoas singulares com rendimentos mais baixos não beneficiam em nada com uma tomada de medida dessa natureza e afirma que a CDU em Alpiarça nunca a tomaria, por ser uma medida socialmente injusta.

O deputado Fernando Ramalho opinou que baixar ou mesmo anular a participação no IRS pode levar pessoas singulares de elevados rendimentos a fixarem o seu domicílio fiscal em Alpiarça, e para isso não é preciso mudarem de residência. O Presidente da Câmara contrapôs alegando que executivos anteriores sempre mantiveram a participação no IRS pelo máximo, tendo o deputado afirmado que era apenas uma opção a equacionar-se no futuro e que esta opinião não invalida que vote favoravelmente a proposta da Câmara Municipal.

O ponto foi posto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Apreciação e votação dos “Regulamentos Municipais – Termino dos prazos de consulta pública: - Projecto de Regulamento dos Campos de Férias; Projecto de Regulamento Municipal de Funcionamento do Projecto Redistribuir.

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

No uso da palavra o deputado Mário André colocou algumas questões sobre o Projecto Redistribuir e da forma de fiscalizar alguns temas nele contidos. Esclarecidas as dúvidas o Presidente da Câmara informou que estes Regulamentos seguem vários trâmites legais: já foram à Câmara Municipal, já vieram à Assembleia Municipal, já estiveram em consulta pública, voltaram à Câmara Municipal e agora vêm à Assembleia para aprovar ou rejeitar. Caso sejam aprovados vão para o Diário da República para serem publicados e entrarem em vigor, caso sejam rejeitados, voltam ao ponto de partida.

O ponto foi posto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de Taxas de Derrama – valor percentual para o ano 2014 – Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, na redacção actualizada – Lei das Finanças Locais.

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

A deputada Graciete de Brito felicitou o Presidente da Câmara por lhe ter remetido via e-mail a informação de que este ponto em discussão tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal, lamentou porém que só o tenha feito nesta recta final de mandato e que o não tenha feito noutras alturas.

O deputado João de Brito opinou que embora a primeira parte desta Assembleia tenha começado muita agitada, pensa que está a terminar bem e congratulou-se por esta medida ter sido aprovada por unanimidade na Câmara Municipal e espera que esta Assembleia Municipal também o venha a fazer. Considerou que é uma forma de atrair novos investidores para a nossa Zona Industrial e que vai aprovar a proposta do Executivo.

A deputada Carla Raposa colocou uma dúvida relativamente ao que acontece aos beneficiários desta medida que não cumprissem com o exigido nesta medida, tendo sido esclarecida pelo Presidente da Câmara que esses beneficiários entrariam em incumprimento perante a Autoridade Tributária, seriam penalizados e teriam de restituir os benefícios entretanto obtidos.

O ponto foi posto à votação foi aprovado por unanimidade.

A Presidente da Mesa congratulou-se pelo facto da presente Assembleia Municipal, que é a última do presente mandato, ter terminado com todos os pontos aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Presidente da Mesa, eram uma hora e cinquenta e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____